




ARTIGO

# XERAFINS, TANGAS, BAZARUCOS: A MOEDA NO ESTADO DA ÍNDIA NOS SÉCULOS XVI E XVII<sup>1</sup>

Contato  
Universidade de São Paulo – Departamento de História  
Av. Prof. Lineu Prestes, 338  
05508-900 – São Paulo – São Paulo – Brasil  
[puntoni@usp.br](mailto:puntoni@usp.br)

 **Pedro Puntoni<sup>2</sup>**  
Universidade de São Paulo  
São Paulo – São Paulo – Brasil

## Resumo

A conquista de Goa e a formação do Estado da Índia foram acompanhadas pelo estabelecimento de uma zona monetária particular, diferenciada do regime da moeda de Portugal e baseada na tradução e no uso de espécies locais que tinham valor extrínseco referendados pelos poderes delegados. Os portugueses, assim, se utilizavam de uma milenar tradição monetária indiana. Para além da criação de Casas da Moeda e de oficinas monetárias que cunhavam peças de ouro, prata e cobre, com valores referenciados ao padrão monetário português (*o real*), o funcionamento dessa zona monetária dependia também da atividade dos *xaraffo* (do árabe *ṣarrāf*) ou *sarrafo* (na versão aportuguesada), como eram designados esses cambistas, especialistas no teste e na troca de moedas, que se encontravam em todas as feiras e mercados. Neste texto, além de compreender a formação dessa zona específica do sistema monetário do Império Português, queremos destacar o papel desempenhado por esses intermediários da moeda (*sarrafos*).

## Palavras-chave

Império Colonial Português – Estado da Índia – sistema monetário – história da moeda – *sarrafos* – cambista

<sup>1</sup> Artigo não publicado em plataforma *preprint*. Todas as fontes e a bibliografia utilizadas são referenciadas. Resultado parcial da pesquisa desenvolvida com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Tecnológico e Científico – CNPq (bolsa de produtividade em pesquisa – Processo 309960/2021-5) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – Fapesp (auxílio à pesquisa regular – Processo 2021/14583-4).

<sup>2</sup> Possui graduação em História (1989), mestrado (1992) e doutorado (1998) pelo Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo e livre-docência (2010) em História do Brasil Colonial pela mesma instituição. É professor associado da Universidade de São Paulo; pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq; e pesquisador do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – Cebrap.



ARTICLE

# XERAFINS, TANGAS E BAZARUCOS: THE CURRENCY IN THE STATE OF INDIA IN THE 16<sup>TH</sup> AND 17<sup>TH</sup> CENTURIES

Contact

Universidade de São Paulo – Departamento de História  
Av. Prof. Lineu Prestes, 338  
05508-900 – São Paulo – São Paulo – Brazil  
[puntoni@usp.br](mailto:puntoni@usp.br)

 Pedro Puntoni

Universidade de São Paulo  
São Paulo – São Paulo – Brazil

## Abstract

The conquest of Goa and the formation of the State of India were accompanied by the establishment of a particular monetary zone, differentiated from the regime of the currency of Portugal and based on the translation and use of local species that had extrinsic value endorsed by the delegated powers. The Portuguese thus overlapped and used an ancient Indian monetary tradition. In addition to the creation of Mints and monetary workshops that coined pieces of gold, silver and copper, with values referenced to the Portuguese monetary standard (the *real*), the functioning of this monetary zone also depended on the activity of the *xaraffo* (from the Arabic *ṣāthī*) or *sarrafo* (in the Portuguese version), as these moneychangers were called, specialists in the testing and exchange of coins, who were found in all fairs and markets. In this text, in addition to understanding the formation of this specific zone of the monetary system of the Portuguese Empire, we want to highlight the role played by these intermediaries of the currency (*sarrafos*).

## Keywords

Portuguese Colonial Empire – State of India – monetary system – currency history – *sarrafos* – exchanger

Goa é a “metrópole de todo estado dos Portugueses na Índia”; uma cidade “que lhes dá tanto poder, riquezas e celebridade”. Com essas palavras, François Pyrad descreve a cidade capital do Estado da Índia nos primeiros anos do século XVII. O explorador francês, nascido em Laval, ali chegara preso e adoentado, depois de uma longa aventura pelo Oriente. A desconfiança do rei católico para com franceses, neerlandeses ou ingleses levou-o a prisão, juntamente com outros estrangeiros. Desde que unido à Espanha, Portugal e suas colônias viam-se envolvidos nas políticas restritivas da Monarquia católica. Filipe II havia determinado em alvará de 9 de fevereiro de 1591 que “nenhuma Nau, nem navio estrangeiro” pudesse negociar em Portos do Reino ou das Conquistas sem licença expressa e assinada pelo rei<sup>3</sup>.

Em março de 1605, o rei revogou esse alvará por saber que estava sendo grandemente burlado e proibiu qualquer navio estrangeiro de ir a terras do além-mar portuguesas, assim como a presença de não nacionais em suas conquistas, devendo toda essa gente voltar ao Reino o mais brevemente possível. Muitos foram então presos ou expulsos dos territórios ultramarinos. De Cochim, François Pyrad foi enviado em ferros para Goa. Como estava adoentado, foi recebido com piedade pelo governador em exercício, o arcebispo D. Frei Aleixo de Menezes, e instalado no hospital (“o melhor que na minha opinião há no mundo”). Quando recobrou a saúde, pôde visitar a Cidade.

Goa que Pyrad conheceu era a residência dos vice-reis; governadores daquelas conquistas que eram tratados como se fossem o próprio rei. Era também a residência dos arcebispos; sede dos tribunais e da administração. A cidade, erguida pelos portugueses em uma ilha com sete fortalezas guardando seu perímetro, era a capital do poder colonial, mas, sobretudo, porto do mar para sustentar as trocas mercantis com Lisboa e Europa:

E no que toca aos mercadores que continuamente vão e vem das partes do Oriente, parece que é todos os dias uma feira de toda a sorte de fazendas que são objeto de mercancia; porque mesmo daqueles reinos e terras, que não estão de paz com os portugueses, não deixam de vir a Goa as mercadorias e fazendas por meio de outros mercadores amigos que as lá vão comprar (PYRARD, 1679; parte segunda, p. 16 e 33, minha tradução).

O centro da cidade era a Ribeira Grande, praça à beira do rio, por onde se entrava por duas portas. Quem ali governava, segundo o viajante francês, era o Vedor da Fazenda – “o intendente de todos os negócios da fazenda, e de tudo quanto em Goa se faz assim no que toca à guerra e armadas, como a todos os outros negócios,

---

<sup>3</sup> “Alvará de 9 de fevereiro de 1591 proibindo o comércio com os estrangeiros”, Documentos para a história do açúcar (1954, v. 1, p. 380).

porque é ele a segunda pessoa abaixo do Vice-Rei”. Nesse local, onde estava a prisão que abrigou o viajante por alguns dias, vários edifícios se destacavam, entre outros o da Casa da Moeda. O mercado principal ocupava toda a extensão da Rua Direita, que ligava a Santa Casa de Misericórdia e o palácio do Vice-rei:

Esta rua é das mais belas e grandes, cheia de lojas de joalheiros, ourives, lapidários, tapeceiros, mercadores de sedas e outros ricos artesãos. Durante o tempo do mercado há tanta gente na rua, que mal se pode passar. Não temem a chuva no inverno, nem o calor no verão, por causa destes grandes ombreiros ou chapéus, que cada um traz, e que tem pelo menos seis a sete pés de diâmetro; de sorte que quando todos estão reunidos, todos se tocam entre si, parecendo uma só cobertura (PYRARD, 1679; parte segunda, p. 36).

Nesse palco intenso e colorido – de multidão e comércio –, atuavam os *cherafes* [sarrafos ou xarrafos], como se chamavam os cambistas que tinham suas “boticas nas esquinas das ruas e encruzilhadas, todas cobertas de moedas” (PYRARD, 1679, p. 39).

Outro viajante nos revela o papel desses cambistas nas cidades da Índia. Sir Roberts Lewes, comerciante britânico que viajou pela África e Ásia, publicou em 1638 o seu notável *Merchants map of commerce*. O livro, um sucesso imediato, foi reeditado até 1700 e funcionou como um manual que auxiliou gerações de negociantes sobre a diversidade e a complexidade dos sistemas e regimes monetários soberanos, os pesos e as medidas e as principais mercadorias que estruturavam as trocas da primeira globalização. Lewes dedica um capítulo do seu *Mapa à Goa*, “Metropolis of India”, e suas diferentes moedas. Segundo Lewes, “eles têm aqui dois tipos de dinheiro, um bom e um ruim”, de maneira que “em todos os contratos, eles devem barganhar tanto pelo dinheiro que será recebido quanto pela mercadoria que será vendida”.

Como Goa era “vizinha de várias grandes nações que traficam para cá”, a complexidade das moedas exigia de pronto o câmbio e a avaliação das peças envolvidas. Ou seja, a capital do Estado da Índia era mais uma praça de câmbio do que espaço monetário soberano; atravessada por dezenas de espécies monetárias, o papel do *sarrafão* – “da mesma forma que na Turquia ou em outros países do Oriente” – seria central para a atividade mercantil e para o fortalecimento do comércio local e distante<sup>4</sup>.

\* \* \* \* \*

<sup>4</sup> “They have here two sorts of moneys, a good, and a bad, and therefore in all contracts they are as well to bargained for the money that is to be received, as for the commodities that is to be sold: but because this place is neighbored with sundry great Nations that traffique hither (...); (...)” “But note that all moneys are here paid and received by the hands of Sherrafs, as is the manner in Turkey and other Eastern countries, who make good the loss and damage either in tale or goodness for a small consideration, and by the Portugal’s termed Cernidors” (LEWES, 1638, p. 184). Minha tradução.

Este artigo é parte de um estudo maior sobre o complexo sistema monetário português na Época Moderna, no momento de sua formação e estabilização, antes da descoberta do ouro no sertão do Brasil no final do século XVII. Com efeito, no início do século XVI, o *primeiro sistema monetário do Império português* (1436-1580) – resultado da evolução do *sistema monetário tarde-medieval* (1253-1436) – havia iniciado sua expansão.

Acompanhando a criação do império colonial, esse sistema (soberano e heterogêneo) se fortalecia com a produção açucareira nas ilhas do Atlântico, com a consolidação do comércio de escravizados africanos, com a criação do Estado da Índia (1505) e com os primórdios da colonização da América (1532). O primeiro sistema monetário do Império Português foi, portanto, o resultado da constituição e da articulação de zonas monetárias provinciais (em África, na Índia e no Brasil) com a zona monetária metropolitana. Contudo, sempre esteve profundamente dependente da internalização de metais preciosos e da expansão das trocas mercantis<sup>5</sup>.

Neste artigo, nosso interesse está em compreender o lugar da moeda na construção do Estado da Índia e o papel desempenhado por seus intermediários, os *sarrafos*. Como veremos, a presença dos portugueses na Índia implicou a criação de uma zona monetária específica, mas que não se privou das soluções preexistentes. O Império conformava-se com base nas estruturas mercantis e na adaptação (e cooptação) constante de instituições locais.

### Moedas de Goa: a Casa da Moeda de Afonso de Albuquerque

Em 1510, logo depois da conquista de Goa pelos homens de Afonso de Albuquerque, corriam nos mercados as moedas do Sabayo (o sultão de Bijapur)<sup>6</sup>; mas também peças de prata de Ormuz e de outras procedências. Mas eram poucas, uma vez que a falta da moeda era já notória. O chefe hindu de Onor (Honavar), Timoja<sup>7</sup>, que havia incitado o português a conquistar Goa, veio, em companhia dos notáveis da praça, pedir ao conquistador permissão para cunhar dinheiro e fixar o valor do ouro e da prata, proibindo sua saída da cidade. Albuquerque aceitou a proposta e resolveu então que os direitos e as rendas devidas ao governo deveriam ser pagas apenas com

<sup>5</sup> Sobre o assunto, veja o texto introdutório, “Sobre a moeda e a sua mutação”, no meu estudo *Moeda e Império: a formação do sistema monetário português no século XVII* (no prelo/2024).

<sup>6</sup> Yusuf Adil Shah (Adil Khan ou Hidalção, como aparece nas fontes portuguesas), também nominado como Sabayo, foi o fundador do Sultanato do Bijapur, que governou por mais de vinte anos (1489-1510) (ALBUQUERQUE, 1994, p. 513-517, v. 1).

<sup>7</sup> *Timmaya*, chefe naval de Honavar, um principado de Canará (SOUZA, 1993, p. 37).

moedas cunhadas pelo novo poder soberano. Ao limitar o poder liberatório das moedas indianas, pretendia assenhorear-se do espaço monetário local. Em razão das distâncias, e de demora para ouvir a decisão da monarquia, Albuquerque – que fora nomeado segundo governador da Índia para os anos de 1509 e 1515 – decidiu, ouvindo alguns capitães e fidalgos, sobre a importância de bater moeda provincial e preencher o mercado local com espécies próprias da monarquia portuguesa, com “suas insígnias”. Gaspar Correia, secretário do governador, retratou em suas *Lendas da Índia* (c. 1556) essa diversidade de espécies monetárias criadas por Albuquerque. Na verdade, aquilatado pela unidade monetária portuguesa (o *real*), o novo regime monetário misturava unidades preexistentes, sejam locais ou distantes, com peças novas, cunhadas em Lisboa ou em Goa:

havia na terra [Goa] *pardaus* d’ouro, de valor de ouro de trezentos e sessenta réis, e uma moeda de prata boa, a que chamavam *berganym*, de valor de dois vinténs, e uma moeda de cobre, a que chamavam *bazarucos*, de valor de dois réis, que todo governador mandou pesar e alealdar<sup>8</sup>, e se fez *cruzados* de ouro de sua justa valia de quatrocentos e vinte réis, em que se pôs de uma banda a cruz de Cristo, e da outra uma esfera, que era e divisa d’el-rei D. Manuel; e mandou que este cruzado *cambado*<sup>9</sup> valesse na terra quatrocentos e oitenta réis, porque não corressem por fora, provento da gente, a que havia de pagar cada mês, a um homem, um cruzado de mantimento, que lhe el-rei mandava pagar; e mandou lavar moeda de prata, que era a valia de um *bergany*; fez moeda em que de uma parte pôs um A grego [*α*] e da outra, a esfera, e lhe pôs nome *esfera*, que valia dois vinténs, e meias *esferas*, que valiam um vintém; e nos *bazarucos* de cobre o próprio peso que tinham, o A e esfera; e de cada *bazaruco* fez quatro moedas, a que chamam *capayqua*, e aos *bazarucos* pôs nome *leais*. . . (CORREA, 1858 [1556], p. 76-77).

Nesse quadro, as moedas cunhadas por ordem de Albuquerque eram as mais importantes, já que procuravam inaugurar essa nova zona monetária do Império português que nascia no Oriente. A soberania de D. Manuel, entretanto, não era tão evidente. Afonso de Albuquerque aparentemente tinha mais ambições do que apenas representar o monarca. Assim, houve algum rumor sobre a colocação desta letra “A” nas moedas, já que era a inicial do nome do governador; ao que confirmou esse, dizendo que “na moeda baixa pusera letra de seu nome”, para que todos sou-

<sup>8</sup> Segundo o dicionário de Bluteau, a palavra, corrente nos séculos XVI e XVII, não mais se usava no começo do século XVIII. “Lealdarse” era um termo do foral da alfândega, cujo regimento feito por D. João III estabelecia que “todo homem que mandasse trazer alguma mercadoria para a sua casa, o fosse dizer primeiro ao provedor e oficiais, e estes lhe dessem juramento, se aquilo que pedia se havia de gastar aquele ano em sua casa, e sendo o que pedia conforme a razão, lho concedessem e se escrevesse em certos livros. esse negócio chamam ir lealdar” (BLUTEAU, 1712-1728, p. 60, v. 4).

<sup>9</sup> Isto é, torto, inclinado.

bessem “que fora ele o moedeiro, e assim andaria até que el-rei mandasse o que fosse sua vontade”.

Assim que algumas moedas foram produzidas, resolveu fazer uma apresentação pública das novas espécies monetárias, em um pregão pelas ruas da cidade, ocasião em que o tesoureiro, da nova Casa da Moeda, Tristão de Gá [d’Éga], ia atirando dinheiro às *rebatinhas*<sup>10</sup> para a multidão. Mais uma vez, serve aqui o colorido testemunho de Gaspar Correa:

Então, vendo que a moeda era apazível a todos, mandou pôr muita dela em bacios de prata, cada uma apartada, e com o Timoja e Cojebequi<sup>11</sup>, com os *tanadares* e *gancares*<sup>12</sup>, e com muito povo, com muitos atabaques e trombetas da terra, tangendo bacias e sestros segundo seus costumes, e diante bailadeiras e chocarreiros bradando, e de trás as trombetas, com a bandeira real acompanhada da guarda do Governador, e Tristão de Gá, e diante do porteiro português, e da terra, que por sua língua apregoavam, dizendo que esta moeda nova era d’el-rei nosso senhor, que mandava que corresse em Goa, e suas terras, em suas valias que tinha. E acabado o pregão, Tristão de Gá deitava muitas mãos cheias [em]cima da gente, que apanhavam às rebatinhas; no que o Governador mandou assim despender mil cruzados, pelas principais ruas da cidade e arrabaldes, de que o povo ficou mui contente, e el-rei, que por honra do Governador houve por bem que a moeda assim corresse, e correu em quanto ele viveu (CORREA, 1858 [1556], p. 77).

O governador resolveu que “nenhuma pessoa dali por diante tivesse moeda do Sabayo em sua casa, nem usasse dela”. Sob pena de grandes castigos para os que resistissem, as moedas deveriam ser obrigatoriamente trocadas pelas novas peças soberanas (ALBUQUERQUE, 1576; segunda parte, 248)<sup>13</sup>. Os emblemas gravados nas moedas, como a esfera armilar [*globo*], efigies de reis e santos e brasões “refletiam a autoestima projetada dos portugueses”<sup>14</sup>.

<sup>10</sup> Bluteau registra a expressão: “Rebatinha: às rebatinhas, quando muito povo junto toma arrebatando o que se lança promiscuamente das janelas dos Príncipes nas grandes festas etc. Antigamente chamavam os Romanos estas liberalidades populares, ou dádivas que se lançavam ao povo, como confeitos, cheiros, moedas miúdas etc.” (BLUTEAU, 1712-1728, p. 135, v. 7).

<sup>11</sup> Corsários hindus.

<sup>12</sup> “Em concani, o *gaokar* é o chefe da aldeia. A palavra ‘gancar’ ou ‘gãocar’ (nas fontes coloniais) tem origem em *gãokar* que associa *gão* – aldeia – e *kâr* – habitante de um lugar, mas que nesse caso adquire o significado de ‘senhor’. Já as palavras *tanadar* ou *tanadaria* (nas fontes portuguesas) remetem para *thànedar*, palavra de origem persa, que vem de *thana*, um posto de polícia para a manutenção da ordem pública. O *thànedar* é o chefe do *thana*” (SANTOS, 2018, p. 280). Sobre os *tanadares*, veja Gracias (1909, p. 34 e ss.). Veja também Souza (1993, p. 60 e ss.).

<sup>13</sup> Há uma edição da Imprensa da Universidade de Coimbra, com introdução de Antonio Baião, 1923; e outra, com estudo de Joaquim Veríssimo Serrão, pela Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1973, 2 v.

<sup>14</sup> “Globe [esfera] symbolized their desire to conquer the world and effigies of saints reflected their unquestioned faith in Catholicism. Saint Philip, St. John and Thomasleeha [São Tomé, apóstolo] were the divinities depicted on Indo-Portuguese coins. Effigies had no connection with the reigning monarchs

Segundo Gerson da Cunha, a apresentação das moedas pela cidade ocorrera ainda em 17 de fevereiro de 1510, após a primeira conquista da cidade. Retomada pelo muçulmano em maio, seria reconquistada em 25 de novembro do mesmo ano. O numismata nota que a cunhagem feita por Albuquerque era uma adaptação bem visível do plano de Mahomed Ghori, o fundador da dinastia Pathan (Khalji):

Ambos conservam a identidade material do metal, módulo e valor da cunhagem dos seus predecessores, preliminares para as mais sistemáticas moedagens dos seus sucessores. Assim, enquanto assimilavam gradualmente e sem qualquer violência as cunhagens dos primeiros governos, e tentavam manter os fornecimentos da circulação local proclamavam ao mesmo tempo conquista uns pela união, como nos mostra o senhor Thomas nas suas excelentes *Chronicles*, com os nomes de Mohamed bin Sam e do Rajá Prithví na mesma moeda<sup>15</sup>, outros pelos cunhos de novos símbolos como a cruz de Cristo e um estilo de epígrafes, primeiros talvez que a Índia viu dentro das suas fronteiras desde que o cristianismo se espalhou pelo Mundo (CUNHA, 1955, p. 34).

Dessa maneira, o fabrico dessas novas moedas não seria resultado de “uma necessidade fiscal do seu governo”, tampouco uma pressão da demanda por moedas circulantes, mas seria uma espécie de *Fatah-nâmah* português, ou seja, “uma declaração do seu sucesso vitorioso e da sua supremacia” (CUNHA, 1955, p. 34)<sup>16</sup>.

A decisão precoce de Albuquerque de criar um regime monetário particular em Goa deve ser entendida como parte de um projeto pessoal – como apontado pelos críticos, seus contemporâneos – de criar um sistema mercantil muito centralizado e autônomo no Oriente. A inclusão da letra do seu nome nessas primeiras moedas po-

---

and so whimsical variations were observed both in type and standard. Diversity is observed in the depiction of symbols like crowns and shields. Crosses were depicted on the coins with and without expanded ends. Crowns presented as part of coat of arms varied mainly in size and decorations, so also shields” (NAYAR, 2017).

<sup>15</sup> A referência é o livro de Edward Thomas (1871, p. 17-18): “The appearance of the joint names of Muhammad bin Sâm and Prithví Rája on one and the same coin is certainly startling, but there is nothing in the fact that need militate against local probabilities. [...] A suggestive fact connected with this attempt to maintain the supply of the local currency, and simultaneously to proclaim the victor’s success, a convenient measure for utilizing plunder rather affected under the Sword so Islam, is the so many of these pieces found their way to the home of invaders, and so few remained to aid the commerce of the indigenes”.

<sup>16</sup> Thomas sugere que ao conquistar as regiões orientais da Índia, Muhammad Bakhtiyar Khalji que fora general de Muhammad Ghori, mandara cunhar uma moeda metálica para um espaço que valorizava as moedas-conchas (cauris): “(...) if single piece was produced, it form a part only of an occasional, or special, metallic mintage – a numismatic *Fatah-nâmah*, or assertion and declaration of conquest and supremacy alone, designedly avoiding any needless interference with the fixed trade by adventitious monetary complications, which so unprogressive a race as the Hindus [sic] would naturally be slow to appreciate” (THOMAS, 1866, p. 148-149).

deria ser assim compreendida como uma ousadia, logo despistada. Em Lisboa, o rei era alertado de que Albuquerque tinha ambições desmesuradas, querendo tomar a empresa asiática, tornando-se Duque de Goa (SUBRAHMANYAN, 1995, p. 96-97)<sup>17</sup>.

As espécies cunhadas por ordem de Albuquerque, de acordo com Teixeira de Aragão, teriam sido de ouro, prata e cobre. As de ouro: o *cruzado* (ou *manuel*), valendo \$480 réis, e o *meio-cruzado*; o *católico* de mil réis, e o *meio-católico*. As de prata: a *esfera*, de \$40 réis, e a meia esfera; o *malaquez* (real branco), de \$720 réis, e o *meio-malaquez*. Por fim, as moedas de cobre: o *leal* (ou *bazaruco*), valendo  $1^{1/4}$  réis; o *dinheiro* (ou *cepaica*),  $1/3$  de real; e os *bastardos* e *soldos*, moedas divisionárias (ARAGÃO, 1875, v. 3, p. 112).

Os *bazarucos* do tempo de Afonso de Albuquerque deviam ter sido cunhados na talha de 14 por marco, ou seja, com o peso de cerca de 330 grãos (ARAGÃO, v. 3, p. 117)<sup>18</sup>. Isso significava que o quintal de cobre amoedado valia 4\$480 réis. Se, no módulo e valor, o sistema criado por Albuquerque simulava o existente na região, quanto à metrologia, ele se colocou como “um misto da divisão decimal e duodecimal” (CUNHA, 1955, p. 38).

A Casa da Moeda de Goa foi inicialmente instalada na rua atrás da casa do Bispo, e o seu fabrico foi arrendado para um *baneane* chatim [mercador hindu] pelo valor de 2.000 *pardaus* (CORREA, 1556, p. 158 e 176)<sup>19</sup>. Mais tarde, segundo o “Tombo do Estado da Índia”, feito em 1554 por Simão Botelho, vedor da fazenda, a oficina estaria instalada dentro da Fortaleza. No ano de 1589, estava no edifício da Casa de Pólvora, em São Pedro de Panelim<sup>20</sup>.

No começo do século, como vimos acima, Pyrad de Laval a localizava na Ribeira Grande. Ou ele se enganava, ou ela teria voltado para São Pedro de Panelim. Teixeira de Aragão acredita que, no final do século XVIII, ela teria sido mudada para perto da Santa Casa de Misericórdia (ARAGÃO, 1875, v. 3, p. 99).

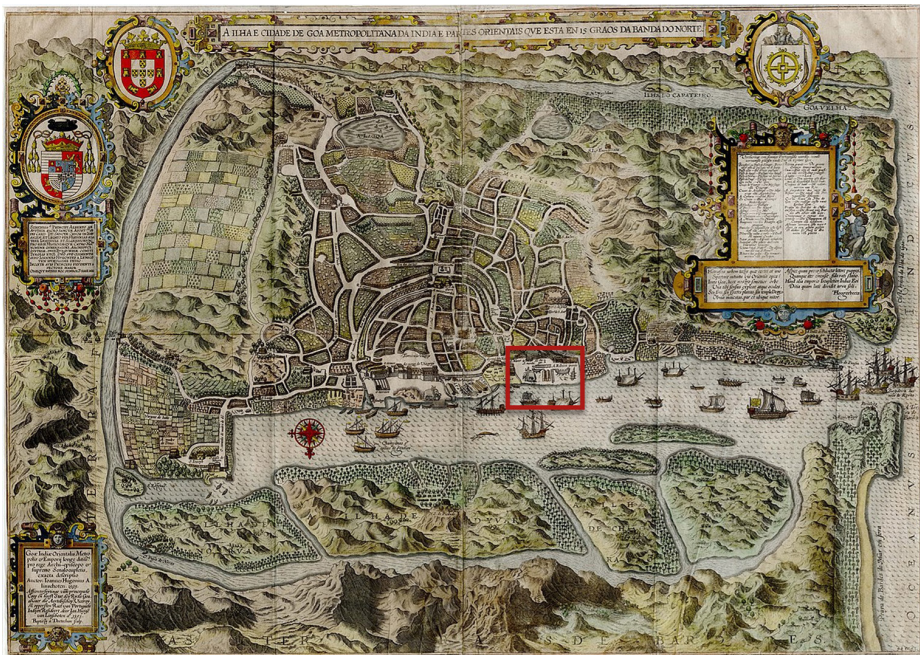
<sup>17</sup> Sobre os poderes dos vice-reis, veja Saldanha, 2011.

<sup>18</sup> O principal estudo sobre as moedas produzidas na Índia portuguesa, com seu importante anexo documental, é o terceiro volume de A. C. Teixeira de Aragão (1875), aqui muito utilizado. Em 1901, Manuel Joaquim de Campos publicou seu detalhado estudo sobre a “Numismática Indo-Portuguesa”, no *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa* (CAMPOS, 1901). Para nosso estudo, alguns catálogos de moedas indo-portuguesas são de interesse: Nazareth (1896), Vaz e Braga (1980), Campos (1901); o mais detalhado é a descrição da coleção do Museu Numismático (atual Museu da Moeda) de Damião Peres (1963-1975).

<sup>19</sup> “Na documentação portuguesa, *baneane* era um termo funcional, operatório. Era um vocábulo que se aplicava a membros de diversas castas de hindus e jainas, que faziam do comércio, da banca e da usura as suas principais profissões, da mesma forma que o termo *chatim* se aplicava ao mercador da Índia meridional e do arquipélago malaio” (ANTUNES, 2007). Em 1634, segundo informação do Conde de Linhares, esse arrendamento já rendia 5.800 *pardaus* por ano para a Fazenda real: Carta do Conde de Linhares ao rei, Goa, 09.12.1634 (ARAGÃO, 1975, p. 536-537, v. 3).

<sup>20</sup> “Tombo do Estado da Índia” (1554), feito por Simão Botelho, vedor da fazenda; publicado em Felner (1868, p. 56).

Figura 1  
A Ilha e Cidade de Goa



“A Ilha e Cidade de Goa Metropolitana da Índia e Partes Orientais que esta em 15 graos da banda do norte.” Jan Huygen van Linschoten. Amsterdam: Claesz, c. 1596

Frei João dos Santos pode nos ajudar a esclarecer essa questão. Tendo residido em Goa, antes de retornar para Portugal e, em Évora, redigir a sua *Ethiopia Oriental* (1609), o dominicano testemunha que a Casa da Moeda estava dentro do terreiro da Fortaleza, perto da cadeia; mas era onde se batiam as moedas de ouro e de prata. Os *bazarucos* de cobre e estanho – “a que chamam *calaim*, que são como ceitis grossos, quinze dos quais vale um vintém” – eram batidos na Ribeira del-rei. Funcionavam como “a moeda ordinária, que corre na ilha de Goa somente” (SANTOS, 1609, 87v). O mapa de Jan Huygen van Linschoten, impresso em Amsterdam por volta de 1596, como vimos acima, também posiciona a Casa da Moeda na Ribeira Grande.

A oficina de Goa não seria a única aberta pelos portugueses do Estado da Índia. Assim que conquistou Malaca, em abril de 1511, Albuquerque resolveu repetir o gesto de 1510. Para Manuel de Faria e Sousa, na sua *Asia Portuguesa*, derrotados os muçulmanos,

hizo labrar moneda, como en Goa, con diferentes nombres, y precios; que fue publicada con actos de alegría por las calles, derramando se alguna por el pueblo en varias partes. Con estas, y otras acciones justas, inclino el capitán vencedor a si los corazones extraños, y consiguió la seguridad de aquella ilustrísima plaza al fin de un mes de asaltos, y batallas (SOUSA, 1666; 149).

Segundo o estudo de Joaquim Fronteira, além de Goa e Malaca, outras casas da moeda ou oficinas foram abertas em possessões asiáticas portuguesas no século XVI e XVII: Cochim, (1548 e 1568)<sup>21</sup>, Ceilão (1598), Baçaim (1611), Damão (1611), Chaúl (1644) e Diu (1684)<sup>22</sup>. Entretanto é importante notar que a atividade da Casa da Moeda de Goa, capital do Estado da Índia, seria não só mais intensa, mas teria um profundo caráter normativo, determinando a emissão de todas as outras espécies nas outras oficinas. É difícil determinar, nesse momento, a exata dimensão relativa dessas emissões, mas fica claro o peso muito mais expressivo da produção monetária goesa. Pelo menos, no esforço de proposição de uma zona monetária particular nessa encruzilhada do comércio do Oriente.

<sup>21</sup> Sobre a Casa da Moeda de Cochim, veja Mlekandathil (2001, p. 82-83).

<sup>22</sup> FRONTEIRA, 1965-1966, p. 26-28. Informações sobre os moedeiros que atuaram na Índia portuguesa durante os séculos XVI e XVII podem ser obtidas no artigo de Albino Pereira Lopo (1902). Sobre a atividade da Casa da Moeda de Goa, além de Aragão (1875), veja o trabalho pioneiro de Nazareth (1896). Sobre as cunhagens em Diu, veja Rebello (1985).

## Moedas locais, moedas provinciais: a zona monetária goesa

Ao final do século XVI, estava claro que o Estado da Índia – compreendendo aqui os espaços de circulação que iam da costa africana de Moçambique aos limites de Malaca – possuía um subsistema monetário fundado em zonas monetárias provinciais, com regimes monetários particulares: um conjunto de espécies locais integradas ou de espécies novas cunhadas como tradução dessas espécies locais, que tinham valor extrínseco referendados pelos poderes delegados.

Os portugueses, assim, se utilizavam de uma milenar tradição monetária indiana. Com efeito, desde o século VII, diversas moedas eram cunhadas na Ásia meridional, território de trocas com o mundo antigo europeu, africano e asiático (BROWN, 1922)<sup>23</sup>. Por muito tempo, predominavam sistemas baseados no ouro e nos *cauris* (conchas) ou mesmo em moedas fiduciárias – panorama que se altera com a introdução da prata, pelos reinados muçulmanos, acelerada no século XVI, desde a intensificação das trocas mercantis com os europeus (DEYELL, 2012, p. 163-216).

No caso do Estado da Índia, esses regimes monetários próprios, formados por espécies derivadas – traduzidas, melhor dizendo – das próprias do Oriente e que tinha referência à moeda de conta nacional (*o real*), são complexos e, em razão da tibiez da soberania territorial, mesmo enfraquecidos, sendo atravessados por outros regimes monetários nativos, por moedas locais ou mesmo distantes, como as *piastras* de Castela, ou ducados *venezianos*<sup>24</sup>.

Quando chegaram na Índia, os portugueses encontraram um já “florescente” comércio de moedas metálicas entre a Ásia Orienta e a Ásia Ocidental:

Por um lado, o *zecchino* veneziano, juntamente com os *sultanis* egípcios e otomanos e os *dinares* de Áden, dominam as importações para o sudoeste da Índia; por outro lado, o comércio do porto do Golfo Pérsico de Ormuz para Guzerate, o oeste da Índia e Bengala trouxeram prata em abundância para as últimas áreas, particularmente na forma do *lari* (SUBRAHMANYAN, 1991, p. 81).

Um retrato da diversidade de moedas nativas e de algumas de suas *traduções* ou apropriações para o sistema monetário do Império português pode ser visto em “O livro dos pesos, medidas e moedas”, escrito em 1554, por um certo Antonio Nunes, contador da Casa d’el-rei. Trata-se de uma descrição dos pesos e das medidas utili-

<sup>23</sup> Sobre o sistema monetário do Império Mogól, veja Richards (1987) e Prakash (2004, p. 361-379).

<sup>24</sup> Sobre esses, no seu *Remissiones doctorum ad contractus* (...), publicado em Lisboa em 1618, o douto e longevo Manuel Barbosa explica que eram “umas moedas que correm na Índia assim chamadas porque vêm de Venêza a Ormuz e a outras partes Orientais”. Cada uma delas valia entre 690 a 720 réis (BARBOSA, 1618, p. 43).

zados em regiões com as quais Portugal mantinha comércio no Oriente, constando igualmente informações sobre as moedas correntes nesses espaços. Não cabe aqui, naturalmente, retomar todos esses dados, que foram sumariados em uma tabela pelo editor do documento, o grande estudioso Lima Felner, na sua publicação pela Academia Real de Ciências em 1868. Todavia é nosso interesse notar que Nunes reporta uma circulação ampliada de moedas de ouro, ouro baixo (de má liga), prata e cobre.

Entre as de ouro, a mais comum era o *pardau* (valendo em moeda de conta portuguesa \$360 réis); o *xerafim* (equivalente a \$300 réis); de prata, havia a *tanga* (que em Baçaim, Maluco e Maldiva valia \$60 réis, sendo mais considerada em Goa, onde era contada como \$72 réis); a moeda de ouro baixo era o *fanão* (que, em Caile, Calecute, Cananor e Negatapão, valia entre \$20 e \$18 réis). Em muitos mercados, para os pequenos negócios, eram usadas moedas de cobre, os *bazarucos*, que eram cotados em  $1^{1/4}$  real em Goa, mas valiam  $1^{1/5}$  réis no Moluco e 3 réis no Chaul<sup>25</sup>.

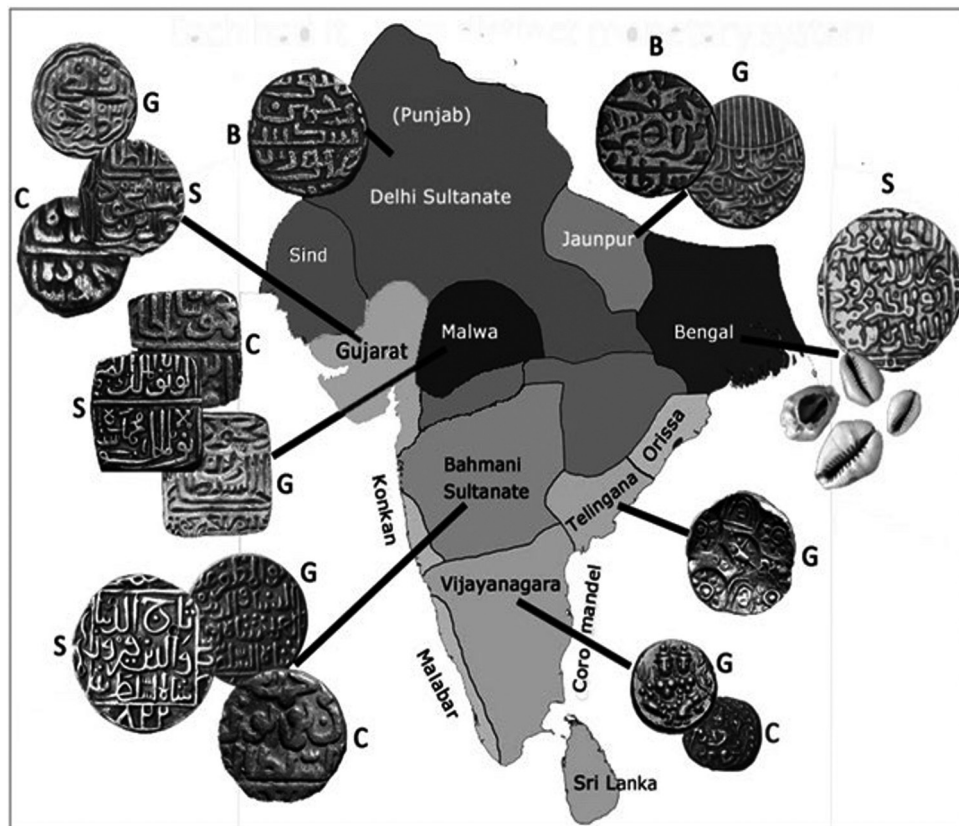
John S. Deyell revela que os sistemas monetários soberanos indianos, no século XV, eram sobretudo baseados no ouro e na prata, mas com forte ascensão do uso do cobre. A demanda persistente por prata, em muitos desses estados indianos, tem sido a ênfase das perspectivas que acentuam o papel central no movimento da prata na economia-mundo em tempos pré-modernos (ABU-LUGHOD, 1989, p. 251 e ss.; FRANK, 1998, p. 84 e ss.). No entanto, como sugere Deyell, “é igualmente importante notar a forte demanda em alguns estados da região por cobre, que era apenas parcialmente atendida por fontes indígenas”.

O cobre, como veremos, tinha usos mais amplos que os monetários. Deyell afirma então que essa dupla demanda por prata e cobre teria determinado “o padrão para o período *moderno* que se seguiu, quando os sistemas de cunhagem indianos desenvolveram um apetite voraz por ambos os metais”<sup>26</sup>.

<sup>25</sup> “O Livro dos Pesos, Medidas e Moedas” (1554), por Antonio Nunes, publicado em Felner (1868); o documento está no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Lisboa, Contos do Reino e Casa, Núcleo Antigo 865.

<sup>26</sup> “(...) it is equally important to note the strong demand in some regional states for copper, which was only partially satisfied by indigenous sources. We remarked earlier that copper formed a consistent item of import for foreign merchants who could source it in their home ports. This dual demand for silver and copper set the pattern for the succeeding ‘early modern’ period when Indian coinage systems developed a voracious appetite for both metals” (DEYELL, 2019, p. 68-69).

**Figura 2**  
**Principais divisões políticas indianas e suas moedas no século XV**



Mapa produzido por John S. Deyell (“Indian Kingdoms 1200-1500 and the maritime trade in monetary commodities”).<sup>27</sup>

Legendas: G — ouro; S — prata; B — bilhão (liga de prata/cobre); C — cobre.

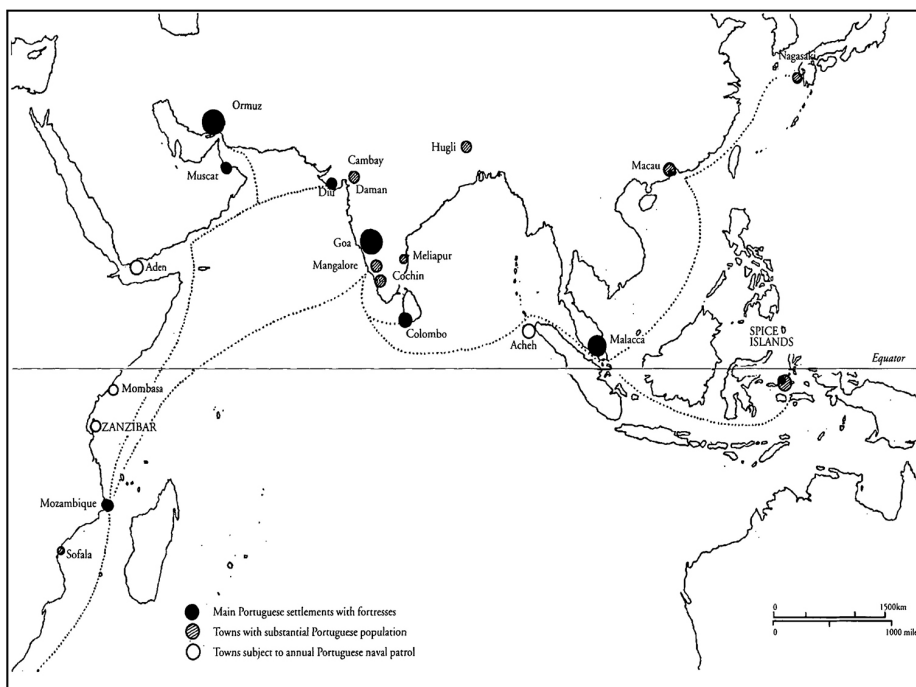
A presença portuguesa, a partir do final do século XV, iria procurar controlar o comércio e a navegação. No Oriente, buscou-se reproduzir o modelo da conquista na ocupação descontínua, dispersa e quase sem território da costa africana. Para Luís Felipe Thomaz, o Estado da Índia deve ser entendido, na sua essência, como “uma

<sup>27</sup> In: S. Serels e G. Campbell (ed.), *Currencies of the Indian Ocean World*, Cham, Palgrave Macmillan, 2019, p. 55. Baseado em informações de Joseph E. Schwartzberg, *A historical atlas of South Asia* (Chicago, University of Chicago, 1978), usando o formato de C. Colin Davies, *An historical atlas of the Indian Peninsula* (Madras, Oxford University Press, 1959).

rede, isto é, um sistema de comunicação entre vários espaços abertos”, caracterizado pela “descontinuidade geográfica e pela heterogeneidade das suas instituições”, assim como pela “imprecisão dos seus limites, tanto geográficos como jurídicos” (THOMAZ, 1994, p. 208-210).

George D. Winius, na introdução dos seus estudos sobre a Ásia portuguesa, nota que o Estado da Índia é provavelmente uma das mais estranhas entidades imperiais da história: apesar das campanhas militares de Vasco da Gama, Francisco de Almeida e Albuquerque, a Índia portuguesa foi forjada como o resultado das “atividades fragmentadas de tantos indivíduos – em alguns casos anônimos – que não tem mais graça arquitetônica do que um formigueiro”. A presença portuguesa estava de fato “espalhada em pequenos enclaves da África ao Japão”, com a única condição comum de serem espaços “nominalmente sujeitos ao rei Lisboa e unificados pela doação papal de 1493”. Em suas palavras, “assemelhando-se a um *cordão de contas espaçadas* entre Moçambique e Nagasaki, a extensão territorial combinada de todos os seus fortes e cidades dificilmente poderia ter sido superior a algumas centenas de quilômetros quadrados, a maior parte disso em Goa propriamente dita” (WINIUS, 2001, p. IX).

**Figura 3**  
**O Império marítimo português, c. 1580.**



OM PRAKASH. *European commercial enterprise in pre-colonial India*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998, p. 24-25. (New Cambridge History of India, II. 5).

Para o estudo da conformação de uma zona monetária particular no Estado da Índia, a centralidade de Goa nos interessa. Não apenas por sua capitalidade – ser a sede administrativa e política de uma determinada configuração do poder imperial –, mas pelo fato de ser o espaço de maior atividade e expressão da produção monetária provincial; local da experimentação de novas moedas provinciais subordinadas ao sistema monetário português, como tentativa de gestão do poder em dimensão local, mas também de alguma interferência nas complexas trocas monetárias que atravessam os mercados transregionais do Oriente.

Goa surgiu assim como o centro da experiência monetária da Índia portuguesa, antes mesmo de se afirmar como capital. Analisando o papel desempenhado por Goa no Estado da Índia, Catarina Madeira Santos nota que a localização do poder central não fora definida prontamente. A legitimidade de Goa como capital e, portanto, sede do vice-reinado, fora contestada por projetos alternativos e era indício de uma opção que procurava compatibilizar o modelo europeu aos modelos indígenas preexistentes. Apesar de Afonso de Albuquerque ter criado a Câmara Municipal de Goa em 1510, e como vimos lançado (de improviso) a criação de um regime monetário provincial – Santos nos revela que a “localização definitiva do poder central” só ocorreria no governo de Nuno da Cunha, em 1530 (SANTOS, 199, p. 130 e 139)<sup>28</sup>. Acompanhando a proposta de Thomaz, a historiadora afirma que a “construção do império português na Ásia” foi o resultado da “apropriação de redes comerciais, preexistentes no oceano Índico Ocidental e Oriental”:

Em consequência de uma política bélica violenta e tecnologicamente vantajosa (pelo menos nas primeiras décadas), essas redes foram unificadas sob um mesmo poder político soberano e, sobretudo, suserano, dando lugar a um vasto espaço marítimo de circulação comercial. No século XVI, a questão da conquista territorial apenas se colocou para firmar pontos de apoio em terra firme que consolidavam a tal rede (SANTOS, 2018, p. 274 e 279).

De forma sugestiva, neste texto, Santos propõe uma abordagem inusual: pensar de que forma as instituições indígenas foram apropriadas e utilizadas pela dominação colonial. No caso da Índia, a colonização no século XVI, essencialmente mercantil, teria sido “particularmente favorável à apropriação das instituições indígenas”<sup>29</sup>. Assim, a tradução do regime monetário, como um ato de expressão da

<sup>28</sup> Sobre a história de Goa, veja também o texto de Cunha (2011).

<sup>29</sup> “Para o historiador, a focalização sobre as instituições indígenas supõe uma inversão de perspectiva, isto é, o obriga a estudar o império ‘ao contrário’, a pensá-lo não a partir da imposição, ‘de cima para baixo’, de uma matriz de administração exportada pela Europa; mas, de baixo para cima, *bottom up*, a partir dos diferentes terrenos – asiático, americano e africano e respectivas culturas político-institucionais – onde esse império se inscreve” (SANTOS, 2018, p. 279).

soberania portuguesa em Goa, representava o apoderamento da moeda por Afonso de Albuquerque em nome da monarquia e a afirmação de uma zona monetária particular, inserida no quadro mais amplo do sistema monetário português, que ia se construindo como um sistema imperial.

Note que as espécies cunhadas pela oficina monetária de Goa, a partir do metal convertido das diversas moedas que circulavam no mercado local, eram nomeadas e referenciadas pelos tipos indígenas (*xerafins*, *pardais*, *tangas* e *bazarucos*), mas expressas no padrão monetário português (o *real*). O improvisado de Albuquerque, como vimos, fora pensado nos termos de um manifesto de domínio; uma afirmação do poder soberano português. Com efeito, Fernão Lopes de Castanheda, que esteve na Índia entre 1528 e 1538, nos explica que Afonso de Albuquerque, confrontado com o fato de que o Sultão do Bijapur (Sabayo) lavrava moeda própria em Goa, resolvera cunhar nova para “apagar a moeda dos mouros”:

(...) e que se cunhasse do cunho da portuguesa; e a de prata se chamasse *esfera* e *meias esferas*, por amor da divisa d’el-rei; e a de ouro *manueis*, por o homem ser Manuel; e a do cobre *leais*, por amor da lealdade dos portugueses; e tirou-lhe o nome de *bazaruco*, como lhe chamavam os mouros a esta moeda de cobre (CASTANHEDA, 1551-1554; livro III, p. 156).

A nomenclatura indígena das moedas de cobre, entretanto, prevaleceria, dada a semelhança dos *leais* com os *bazarucos*<sup>30</sup>. Uma outra interpretação é a de que, ao contrário, o governo colonial pretendeu substituir o uso das moedas mais correntes, dando materialidade ao *bazaruco* que era então moeda apenas imaginária. Segundo Felipe Nery Xavier, no momento da conquista de Goa, havia no mercado local dois tipos de moedas pequenas: o *dombi*, que eram peças de cobre que tinham por cunho um ramo; e o *dudú* ou *durú*, uma moeda imaginária. O *bazaruco*, segundo Xavier, era também originalmente uma moeda imaginária, ou seja, sem nenhuma expressão metálica. Dessa forma, para ele, os *leais* de Afonso de Albuquerque, eram já na verdade parte de uma estratégia para materializar os *bazarucos* (XAVIER, 1866, p. 67-68)<sup>31</sup>.

O Estado da Índia, construído com base no controle do comércio – com as feitorias e o sistema dos cartazes – foi também o resultado de uma forma particular de exercer o domínio dos povos: abdicando do controle direto das populações imersas em seus territórios, os portugueses inovaram – segundo Winíus – ao permitirem que “as populações nativas residentes em seus enclaves vivessem sob seus próprios

<sup>30</sup> Segundo Gerson da Cunha, no primeiro ano do governo de Martim Afonso de Sousa, em 1542, o nome de *leais* foi abandonado (CUNHA, 1955, p. 46).

<sup>31</sup> Livro de Felipe Nery Xavier foi publicado com o objetivo de descrever os objetos representativos da Índia portuguesa enviados para à exposição Universal de Paris de 1867. O último capítulo é dedicado às moedas.

sistemas legais”. Quando subjugados aos poderes da conquista, “os indígenas só eram obrigados a pagar tributos aos portugueses através de seus chefes” (WINIUS, 2001, p. XX-492; SOUZA, 1990, p. 214-215). Um modelo de dominação que, em princípio, deveria garantir para cada fortaleza ou cidade fortificada uma área rural envolvente capaz de sustentar as tropas e a atividade mercantil. No caso de Goa, maior território onde se afirmou a soberania portuguesa, a submissão das populações indígenas – sobretudo organizada pelos chefes de aldeia (*gancares*) e os senhores da administração (*tanadares*)<sup>32</sup> – foi operada também pela criação da zona monetária goesa, com seu regime próprio. Como vimos, no testemunho do autor das *Lendas da Índia*, a participação desses *senhores* responsáveis pela arrecadação dos tributos na apresentação das novas moedas cunhadas por Albuquerque em 1510, reforçava o reconhecimento do poder dos conquistadores, expressando a transferência da dominação. Os tributos, pelo menos em tese, deveriam ser pagos pelas novas moedas criadas pelo vice-reinado.

O controle do espaço monetário não era apenas importante para a economia urbana goesa. Segundo o historiador João Teles e Cunha, era, sobretudo, uma forma de vincular “o seu *hinterland* agrícola nas trocas cotidianas essenciais”, mas também inserir Goa “no quadro de um mercado regional e internacional mais alargado”. Posta na “encruzilhada de dois mundos” – o indo-muçulmano no Norte e a Índia dravídica e hindu do Sul – Goa estava numa zona de transição entre a predominância da prata no Império Mogol e o ouro mais demandado ao Sul:

Goa, e com ela o Estado, vivia no binômio ouro/prata, quando se tratava das compras para o comércio estatal e internacional: o ouro para as compras de pimenta, porque efetuadas em zonas de predomínio do metal fulvo como o Malabar e o Canará; e a prata para as compras de têxteis e de plantas tintureiras, cujos mercados produtores e distribuidores, pelo menos os preferidos pelos portugueses, estavam situados dentro da área de predomínio da prata (CUNHA, 1996, p. 275).

Já no mercado local, para as trocas entre Goa e o seu *hinterland*, os mercadores portugueses dependiam do binômio prata/cobre. Como “não controlavam nenhuma fonte de produção de metais preciosos”, apesar das tentativas de se assegurar

---

<sup>32</sup> Segundo Catarina Santos, “compreende-se que, antes da chegada dos portugueses, já se tinham operado processos de dominação imperial, implicando a sobreposição entre culturas políticas e administrativas indígenas e persas (sabendo que os impérios indo-islâmicos pré-mogóis foram muito influenciados pelo vocabulário institucional persa). Os portugueses acrescentam mais uma camada a esses processos de interação e de apropriação, que são, afinal, processos típicos da formação dos impérios. O cronista Gaspar Correia, entre outros, propunha ainda a equivalência entre: os *tanadares*, os *gancares* e os *almoxarifés* (*al musharraf*, palavra que por sua vez é de origem árabe): aqueles que ‘arrecadam as rendas’” (SANTOS, 2018, p. 280). Sobre a economia rural goesa, veja Souza (1990, p. 78-116).

das minas do Monomotapa, os lusitanos dependiam de terceiros para o abastecimento. Além disso, essa era uma linha mercantil “comprida e perigosa”, o que, na visão do historiador, “tornava mais aleatório o seu fornecimento, sujeito a cortes e interrupções com graves consequências nas flutuações dos preços dos referidos metais, bem como no valor das moedas, cunhagens e câmbios” (CUNHA, 1996, p. 275).

Outro aspecto fundamental a notar é que as moedas produzidas pelos portugueses da zona monetária goesa nasciam desvalorizadas em relação às que circulavam na metrópole. Essa taxa de câmbio entre zonas heterogêneas do sistema monetário imperial português é uma característica fundamental para manter sua estabilidade e permanência, em um contexto em que as trocas se faziam em fronteiras abertas e flexíveis, com a presença de diversas outras espécies estrangeiras e marcadas pela prevalência da referência ao valor intrínseco das moedas.

A zona monetária do Estado da Índia era, em princípio, limitada ao território de Goa e a outros espaços de soberania portuguesa. A Ilha de Goa, conquistada por Afonso de Albuquerque ao Hidalcão, se afirmara como capital do Estado da Índia, residência dos governadores (e vice-reis) e das instituições mais centrais do império colonial. Permanecia, contudo, envolvida no território soberano do Sultanato de Bijapur. Não obstante, como é o caso dos sistemas monetários baseados em espécies de metais preciosos, as moedas cunhadas em Goa não se limitavam a circular localmente.

As moedas, de ouro e de prata, cunhadas como “traduções” das moedas indígenas, eram suficientes para poder circular além do espaço da soberania portuguesa. A presença portuguesa, fisicamente isolada em Goa, ultrapassava as fronteiras territoriais por meio dos negócios e das relações de aliança ou tolerância com outros soberanos. Um documento que esclarece essa dimensão é o “Contrato das pazes que se fizeram na cidade de Goa com o Mealecão”, firmado no tempo do vice-rei D. Pedro Mascarenhas (1554-1555), entre Portugal e o Mealecão. Herdeiro presumido do Sultanato, ele contara com a ajuda dos portugueses para assegurar o seu poder, de forma que o “Contrato de pazes” aparece como uma retribuição. No que nos interessa, em seu item quarto, o documento acorda que as moedas portuguesas teriam livre circulação nas terras do Sultanato, assim com as moedas do Sultanato poderiam correr em Goa. Aceitava-se, dessa forma, que as espécies dos diferentes sistemas monetários teriam o mesmo poder liberatório e curso forçado:

E queria e havia por bem que as moedas de ouro, e prata, e cobre, e de toda a sorte corressem de suas terras pera as do dito senhor, e as dos portugueses pera as terras do seu estado, nem nas compras nem [nos] pagamentos haver nenhuma dúvida nem embargo a se receberem, sob pena de quem as rejeitasse incorrer nas penas que o direito dá a quem não recebe a moeda de seu Rei (transcrito em BIKER, 1888, p. 134, tomo I).

## Os sarrafos: intermediários dos espaços monetários indianos

Em seu *Itinerário*, impresso em Amsterdam em 1596, Jan Huygen van Linschoten estampa sua visão do “Leilão que se faz cada dia pola menhã na Rua direita na Cidade de Goa”<sup>33</sup>, uma representação vívida e intrigante do mercado principal da cidade. O neerlandês, nascido em 1563, esteve desde jovem integrado às atividades mercantis de seus meio-irmãos, estabelecidos em Sevilha. Viajou para o Oriente, atuando como guarda-livros do arcebispo da cidade, o dominicano frei João Vicente da Fonseca, tendo vivido em Goa entre 1583 e 1588. A gravura, feita por Joannes van Duetecum (Joannes van Doetecum “de Oude”, 1530-1606), permite-nos ver a rua mais famosa de Goa, conhecida pelas suas mercadorias de luxo e pela venda dos cavalos da Pérsia. Em primeiro plano, estão os trabalhadores [*arbeiders*] carregando uma enorme jarra de água; uma ama de leite [*voesters*] conversa com uma escrava seminua; a rica senhora segue acompanhada das suas criadas; domadores de cavalos expõem suas habilidades. Ao centro da imagem, uma mesa com três portugueses, caracterizados com seus chapéus, protegidos do sol e acertando seus negócios. Como se pode ver no destaque da imagem a seguir, bem no canto superior direito da gravura (que por vezes está oculta na costura de alguns exemplares do livro), surge, quase à sombra, junto à linha de casas com seus telhados de tesoura, o “xaraffo” (*wisselaer*, em flamengo, que significa cambista ou trocador).

---

<sup>33</sup> A primeira edição do *Itinerário* de Jan Huygen Van Linschoten é de 1596; em 1598, com tradução de John Wolfe, foi publicada uma versão em inglês, retomada pela Hayluyt Society, em 1895, com anotações de Arthur Coke Burnell e P.A. Tiele; em 1997, foi publicada a primeira tradução para o português, resultado da colaboração de Arie Pos e Luís Manuel Loureiro, e da atividade da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses. Sobre van Linschoten e o seu *Itinerário*, veja a introdução da edição de Pos e Loireiro; o livro de Coolhaas (1960, p. 11 e ss.); o artigo de Haddad (2011); e também Parmentier (1997). Ângela Barreto Xavier, analisando o texto de van Linschoten, estudou a genealogia da “lenda negra” sobre o Império português (XAVIER, 2014). O texto da historiadora ecoa o estudo de George D. Winus (1985). Veja também o estudo de Ernest van den Boogart (2003), na introdução da edição em inglês dos *Icones habitus gestusque Indorum ac Lusitanorum per Indiam viventium* (obra publicada por van Linschoten em 1604 com as trinta gravuras e textos em latim).

Figura 4  
Os sarrafos na Rua Direita de Goa



“O Leilão que se Faz cada dia pola manhã na Rua direita na Cidade de Goa Feito Polo natural por Ioan de Linschoten framengo”. Jan Huygen van Linschoten, Amsterdam, Claesz, 1596.

Como na descrição de Pyrard, o *sarraf* está sentado em sua banca (“toda coberta de moedas”), numa esquina, esperando a oportunidade de verificar a qualidade da especial mercadoria e negociar; trocar moedas, metais, estabelecer relações, taxas de câmbio (PYRARD, 1679, parte segunda, p. 39). Na representação de van Linschoten, ele de fato não está sozinho: há outro cambista no lado oposto da Rua Direita. Nas suas palavras,

há cambistas em todos os lugares das ruas, por eles chamados *xaraffos*, que são todos *indianos cristãos* [*indiaensche christenen*]. Eles são muito preparados e especialistas em todos os tipos de contas e em conhecer todos os tipos de dinheiro, sem cuja [ajuda] os homens não ousam receber moedas, porque há muitas moedas falsas do exterior, o que é difícil de ser conhecido pelos bons, não fossem esses *xaraffos*, que podem discerni-lo com meio olho [*halfe an eye*] (VAN LINSCHOTEN, 1895 [1596], p. 231, v. 1)<sup>34</sup>.

O nome *xaraffo* ou *sarrafo* (na versão aportuguesada) deriva da palavra árabe *ṣarrāf*, que designa um especialista no teste e na troca de moedas. Segundo Najaf Haider, no sistema monetário mogol, baseado em múltiplos metais, a troca de um tipo de moeda por outra era prática popular, na medida em que era suposto que os compradores tivessem de pagar as mercadorias pelas exatas moedas em que estavam estimadas. Segundo o historiador,

geralmente não se esperava que os lojistas tivessem experiência suficiente para trocar dinheiro e essa era a prerrogativa profissional dos *ṣarrāfs*. Os *ṣarrāfs* avaliaram o peso e o valor das moedas por uma pequena comissão. Um sistema qualitativo para testar as moedas era comum entre os *ṣarrāfs* na Índia com base no uso de agulhas e pedras de toque (HAIDER, 2019, p. 146; minha tradução).

Na Índia mogol, os *sarrāfs* atuavam no câmbio das moedas desde o século XIV (HAIDER, 1989, p. 2). Os *sarrāfs* pertenciam sobretudo à casta dos *banyia*, cujas ocupações eram tradicionalmente o comércio e o crédito (SCHRADER, 1997, p. 67-69; HABIB, 1982). Constituíam o núcleo central em torno do qual se organizavam os mercados monetário e de crédito (PRAKASH, 1998, p. 161).

Para Irfan Habib, diferentemente dos cambistas europeus, os *sarrafos* hindus constituíram uma rede inteiramente privada, sem ajuda de organismos públicos,

---

<sup>34</sup> “There is in every place of the street exchangers of money, by them called Xaraffos, which are all Christian Jewes. They are very ready and expert in all manner of accounts, and in knowing of all sorts of money, without whose [help] men dare not receive any money, because there is much counterfeit money abroad, which is hard to be known from the good, were it not for these Xaraffos, which can discern it with half an eye”, minha tradução. John Wolf, que verteu o livro de Van Linschoten para publicá-lo em Londres em 1598, traduziu o termo flamengo *Indiaensche Christenen* como *christian jewes*; ou, mais à frente, como *jewes that are christians*. Arthur Coke Burnell e P. A. Tiele, que anotaram a edição de 1895 para a Hayluyt Society, notaram essa estranha interpretação de Wolf. Na tradução portuguesa de Pos e Loureiro: “Na cidade, em todas as esquinas das ruas e em muitos outros lugares, também se encontram cambistas, a que chamam xarrafos e que são todos indianos cristãos. São milagrosamente correctos e certos nas suas contas, assim como no distinguir e reconhecer do dinheiro. Não se deve receber qualquer quantidade dinheiro fora deles, pois há muito dinheiro falso que não se consegue distinguir do bom, a não ser recorrendo a estes xarrafos, que o reconhecem de olhos fechados” (VAN LINSCHOTEN, 1997 [1596], p. 166).

tais como as feiras ou as bolsas (HABIB, 1960). Steven Serels justamente aponta que, no mundo do Oceano Índico, o papel do Estado nos mercados de câmbio era restrito, tendo sido operado e mantido por mercadores, mascates e cambistas. A fragilidade dos mercadores frente à imprevisibilidade dos Estados volúveis e cobiçosos levava-os a buscar fortalecer o seu controle sobre o sistema monetário. Como as leis islâmicas proibiam a *riba* (palavra árabe geralmente traduzida como “aumento”, mas significando o lucro), o papel dos cambistas era central (SERELS, 2019, p. 9). Segundo Kirti Chauduri, “o entendimento comercial das moedas internacionais complementava a capacidade de mover metais preciosos por longas distâncias e fazer pagamentos separados por tempo e espaço” (1985, p. 212-214). No Império Mogol, esses sarrafos atuavam além das trocas internas, restritas a feiras ou mercados locais; eram importantes para a importação de metais monetários para abastecer os espaços soberanos; metais que normalmente seriam destinados às oficinas monetárias locais para a sua refabricação. Segundo Haider, a maioria dos comerciantes indianos que exportavam mercadorias traziam em troca moedas estrangeiras e metais preciosos na forma bruta, de maneira que – para evitar a conversão para moedas mogóis, o que seria feito entregando as peças e o metal para a casa da moeda – os comerciantes preferiam vendê-las para os sarrafos (HAIDER, 2019, p. 148).

Na Goa portuguesa, o importante papel dos sarrafos manteve-se; resultado da grande diversidade das espécies monetárias, em uma zona monetária muito pouco heterônoma. Por mais que proclamasse a criação desse espaço soberano, iniciado com o gesto de Albuquerque em 1510, a monarquia e, em particular, o sistema político vice-reinal, não tinham como controlar a circulação de diversas moedas alienígenas – nem seria o caso, já que o objetivo final era estimular as trocas mercantis em todas as direções, aproveitar todas as oportunidades. Assim, o câmbio *horizontal*<sup>35</sup> das moedas era fundamental e estava, desde antes da conquista de Albuquerque, consagrado na atividade profissional desses “*crístãos que eram judeus*”, na tradução de John Wolf.

Além da multiplicidade das espécies monetárias, os sarrafos eram capazes de administrar e regular a diversidade da qualidade dessas peças, uma vez que era o seu valor metálico (o peso e a pureza da liga) que permitia a tradução entre os vários sistemas monetários sobrepostos e em interação. Atuando com intermediários (*go-betweens*) dos sistemas monetários, esses cambistas permitiam conectar espaços econômicos e dinamizar o mundo das trocas. Segundo o testemunho de van Linschoten,

---

<sup>35</sup> Sobre as práticas dos cambistas e a conceituação de câmbio horizontal (trocas de moedas de diversos espaços monetários soberanos) e de câmbio vertical (trocas de moedas do mesmo espaço monetário soberano), veja Boyer-Xambeu (1986, p. 69-70).

Há ainda diversos outros tipos particulares de moedas em outros lugares da Índia e no interior, na terra dos gentios, que só são correntes entre eles e nesses lugares. Assim, em Bengala, em vez dos *bazarucos* e das moedas mais pequenas, usam-se um pequeno tipo de moeda [chamadas] *amêndoas* [*amandeles*] para fazer negócios, comprar e vender todas as coisas, e várias outras moedas semelhantes em muitos lugares e províncias do Oriente. Mas as moedas, pesos e medidas referidas acima<sup>36</sup> são as mais comuns, com as quais geralmente, na sua maioria e mais frequência se fazem os negócios por toda a Índia, e principalmente, em Goa, o lugar e entreposto mais importante de todos os lugares orientais (VAN LINSCHOTEN, 1895 [1598], p. 246-247, v. 1)<sup>37</sup>.

Como havia explicado Vitorino Magalhães Godinho, na Índia – antes e depois dos portugueses – todas as moedas eram consideradas sobretudo como mercadorias. Assim, com a diversidade das emissões monetárias, era imprescindível, “em todas as cidades, em todas as aldeias”, o trabalho dos ourives e cambistas que ficavam “ocupados permanentemente em pesá-las e verificar o seu toque” (GODINHO, 1981-83, p. 281, v. 2)<sup>38</sup>.

Um outro aspecto deve ser notado. Não era só a diversidade das moedas – muitas delas na verdade já produzidas imitando umas às outras – que exigia esse contínuo cuidado dos cambistas. A grande quantidade de moedas falsificadas fortalecia a atividade dos sarrafos, tornada essencial para evitar fraudes e perdas indesejadas nos negócios, pagamentos de serviços e prestações. A incerteza sobre a qualidade das peças circulantes impunha uma cotidiana vigilância.

Pierre d’Avity, no seu *Le monde ou la description generale de ses quatre parties*, publicado em 1660, fala da grande quantidade de *pardaus* falsificados – sobretudo pelos “indianos da terra firme” que querem enganar os portugueses. Assim, havia sempre a necessidade de cambistas que conhecessem bem as moedas (D’AVITY, 1660, p. 932). Como ainda nos revela van Linschoten:

<sup>36</sup> Ele se referiu a *pardaus*, *xerafins*, *tangas*, *larins*, *bazarucos*, *venezianos* e *pagodes*.

<sup>37</sup> There are divers particular [sortes of] moneyes in many places of India, and inwardes in the lande among the heathens, which are currant onely among them, [every coine] in their severall places : For by Bengala they have in place of Bazarucos a small kinde of money [called] *Amandeles*, where with they get their livings, and buy [and sell] therewith, and divers others such like coines in severall places of the Orientall [countries], but the money waightes and measures aforesaid, are those which they do generally and ordinarily use throughout all India, and principally in Goa, being the heade towne and stapell of [all] the Orientall countries”. Minha tradução, a partir da edição da Hayluyt Society e da versão portuguesa de Pos e Loureiro (1997, p. 171-172).

<sup>38</sup> Teotonio de Souza, registra que em cada aldeia havia um ourives (*shet*): “(...) situado acima dos outros trabalhadores na hierarquia social, e que afirmava mesmo pertencer a classe dos *dvijas*, enquanto esses o tratavam como um *vaisya*. Era o ourives que furava os lóbulos das orelhas das mulheres, e às vezes também os dos homens; fornecia aos aldeões ornamentos de ouro e prata. Desempenhava igualmente o papel de banqueiro, e testava as moedas que os oficiais da aldeia recebiam como impostos, para ver se eram genuínas. Por este último serviço, recebia uma remuneração da aldeia” (SOUZA, 1993, p. 82).

Há muita contrafação nos *pardaus xerafins*, que são a moeda principal e mais corrente, razão pela qual em todas as esquinas das ruas e em outros lugares estão instalados indianos cristãos a quem chamam *xarrafos*. Estes examinam o dinheiro por um pequeno ganho, sendo nisso tão certos que, quando o contam, passam-no pelas mãos e sabem distinguir de imediato qual moeda é falsa, sem olhar duas vezes, mesmo estando entre mil outras e mesmo que nós a levemos na mão e a viremos mil vezes sem a conseguirmos distinguir das boas; eles, apenas atirando-a ao ar, conseguem detectar a contrafação. Estas são cunhadas na terra firme, pelos indianos gentios, para burlar os portugueses, pelo que ninguém se atreva a receber dinheiro, mesmo que seja só meio *pardau*, sem o mostrar a estes *xarrafos*. Estes contam o dinheiro com grande rapidez e contando vêem se tudo está bem. Caso se verifique que alguma coisa falta ou é falsa depois deles o terem contado e examinado, são obrigados a compensar e pagar a diferença. Porém, raramente acontece encontrar-se qualquer falha. São também muito prestáveis em somar e cambiar o dinheiro, assim como em tudo o que com isso se relaciona. Estão sentados nas ruas, nas esquinas e em frente das casas, a uma mesa, com o dinheiro em montinhos de uma *tanga*, que são 75 *bazarucos*. E quando alguém quiser trocar um *pardau*, dão sempre dois ou três, e às vezes oito ou dez *bazarucos* por cima dos 375 *bazarucos*, com o que se conseguem sustentar, e assim em conformidade com todas as outras moedas (VAN LINSCHOTEN, 1997 [1596], p. 171).

A atividade dos sarrafos era sobretudo particular, como vimos, mas há indícios de que no Sultanato do Bijapur havia algum controle pelo Estado, já que se pagava tributo para exercer esse tipo de comércio. Conquistada Goa, os portugueses sabiam da necessidade de manter essa instituição em pleno funcionamento. D. Manuel resolveu então isentar a atividade por carta régia de 13 de fevereiro de 1520. Mas, ou não se cumpriu a disposição, ou ela pouco durou. Já em 1532, há registros da renda resultante dessa cobrança (ARAGÃO, 1875, p. 103-104, v. 3).

Pyrard nota que esses negociantes de dinheiro faziam, nas suas bancas na Rua Direita, grandes lucros – já que era preciso trocar moedas para ir ao mercado. Moedas de fora, moedas portuguesas nacionais e moedas provinciais. Pyrdard dá um retrato da diversidade das espécies estrangeiras: *larins* de muito boa prata (uma moeda feita de um fio de metal comprido, por vezes na forma de um anzol, que vem da Pérsia, por via de Ormuz)<sup>39</sup>, e os *reales* de Castela, “que têm maior valor em Goa, porque a prata vale ali um terço a mais que em Espanha”. As moedas provinciais,

<sup>39</sup> O *larim* era “uma moeda de prata persa, primitivamente corrente no Golfo Pérsico, mas o seu uso espalhou-se e sua fabricação foi imitada na Índia. O seu nome derivou do local onde se cunhou o *larim* original: um Lar ou Laristan, a cidade capital da Caramania Deserta” (CUNHA, 1955, p. 63). Sobre o Larin, veja as observações de Tavernier: “Le *Larin* est une ancienne monnoye de Balsara & d’Arabie, & qui a cours jusqu’à l’isle de Ceylon, où l’on ne parle que de *Larins*. Cette monnoye est un fil d’argent plié en deux de la grosseur d’un tuyau de plume ordinaire, & long de deux travers de doigt ou environ. Sur ce fil d’argent ainsi plié on voit le nom du Prince dans le pays duquel cette monnoye a esté fabriquée. Les huit *Larins* fons un Or, & les quatre-vingt *Larins* un *Toman*” (TAVERNIER, 1676, parte 1, p. 122).

batidas em Goa desde o tempo de Albuquerque, eram necessárias, já que o seu curso era forçado (“os recebedores do Estado não aceitam outra em pagamento”):

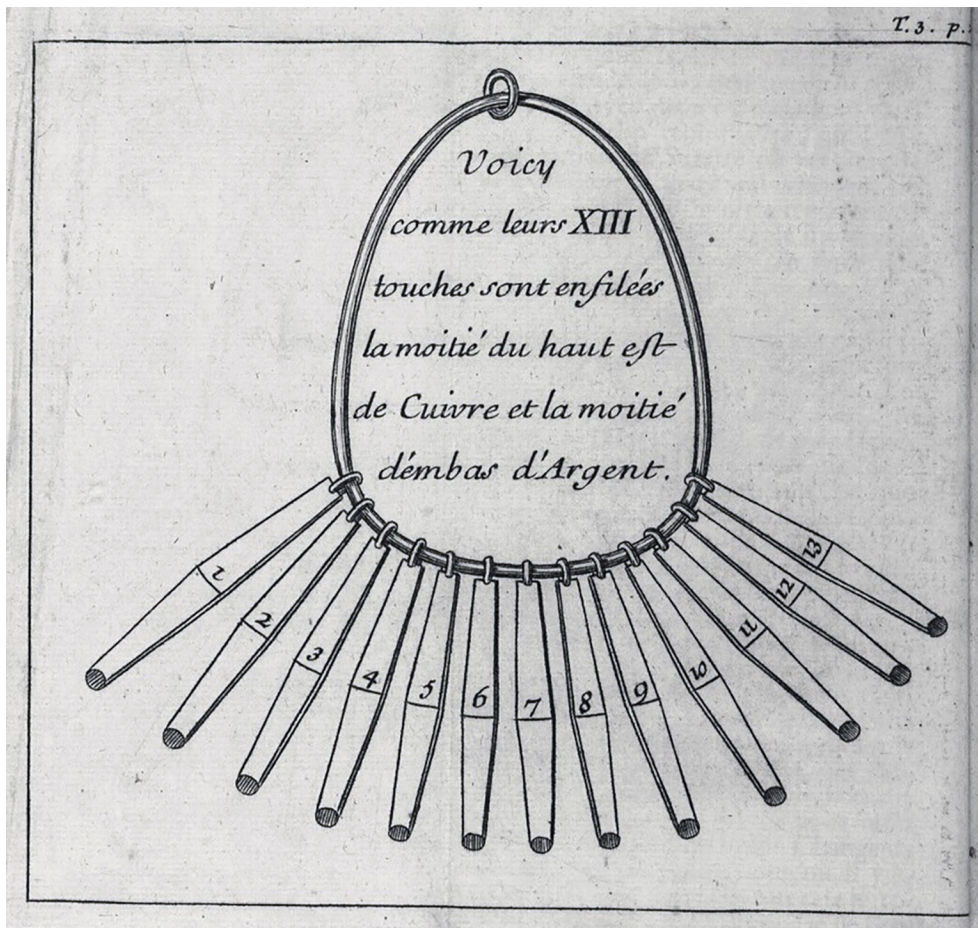
a primeira chama-se *bousuruques* [bazarucos], dos quais são necessários setenta e cinco para fazer uma *tangue* [*tanga*]. Há outros *bazarucos velhos*, de que são necessários cento e cinco para a *tanga*. Abaixo desta moeda há pequenos pedaços de cobre sem cunho algum, a que chamam *arco*, e são necessários duzentos e quarenta para uma *tanga* (...). Desta moeda uma é de ferro, e outra de calaim, metal da China (PYRARD, 1679, parte segunda, p. 39).

Jean Baptiste Tavernier, que esteve na Índia mais de uma vez no curso das suas seis viagens ao Oriente (entre 1636 e 1667)<sup>40</sup>, relatou as complexidades das trocas monetárias nesse contexto em que havia penetração de várias espécies, produzidas em regimes soberanos diversos, atravessando fronteiras fluidas e circulando de forma livre. Suas observações das práticas monetárias no Império Mogol são bem detalhadas: as moedas antigas eram rapidamente consideradas desvalorizadas – sempre se antecipando o seu provável desgaste –, e, dessa forma, deveriam ser aceitas com algumas restrições, com descontos de 1 a 4%. As espécies de diversos regimes monetários eram o tempo todo traduzidas, levando em conta naturalmente o seu peso e a qualidade do metal. O valor intrínseco das moedas era o que sempre prevalecia, uma vez que a expressão dos padrões monetários era naturalmente fraca no quadro de fragmentação dos poderes soberanos. Para isso, o papel dos sarrafos era essencial para a própria existência do mercado, mesmo os mercados mais locais. Nas palavras de Tavernier, “na Índia, uma aldeia deve ser muito pequena se não houver um Cambista chamado *Cheraf*”; além de trocar o dinheiro e arbitrar a relação das moedas, eles atuam como banqueiros “para remeter dinheiro e letras de câmbio” [*hundis*]<sup>41</sup>.

<sup>40</sup> Sobre Jean Baptiste Tavernier, veja a biografia escrita por Charles Joret (1886).

<sup>41</sup> “Dans les Indes il faut qu’un village soit bien petit s’il n’y a un Changeur que l’on appelle Cherraf et qui sert de Banquier pour faire les remises de l’argent et les lettres de change” (TAVERNIER, 1676, parte 2, p. 16). “The hundi was used both as an instrument for remitting funds from one place to another as well as for raising short-term credit which would be repaid on maturity at another place”; sobre essas letras de câmbio, veja Prakash (1998, p. 162-163; 2004, p. 398-415).

Figura 5  
Pedras de toque utilizadas pelos sarrafos



“Veja aqui como as 13 pedras de toque são enfileiradas, a metade do alto é de cobre e a metade de baixo de prata”; conjunto com as 13 pedras de toque utilizadas pelos sarrafos / gravura em Jean Baptiste Tavernier.<sup>42</sup>

Para adentrar no tesouro real, todas as peças deveriam ser testadas no fogo, sendo analisadas por especialistas sempre preparados para o serviço. Nas trocas cotidianas no mercado, o sarrafo podia sempre avaliar com o fogo e as pedras de

<sup>42</sup> *Les Six voyages...* A Paris, Gervais Clouzier et Claude Barbin, 1676, parte 2, p. 20. Bibliothèque Nationale de France. Disponível em: [gallica.bnf.br](http://gallica.bnf.br).

toque a qualidade do metal e arbitrar os valores. Tavernier até publicou, na segunda parte das suas *Viagens*, uma reprodução da pedra de toque utilizada pelos sarrafos para avaliar a liga da prata (veja acima). No julgamento de Tavernier, esses cambistas indianos eram mesmo extraordinários: “todos os judeus que se envolvem com dinheiro e trocas no Império do Grande Senhor [o Imperador dos Turcos] passam por muito refinados; mas na Índia dificilmente seriam os aprendizes desses *Cherafs*”<sup>43</sup>.

Nesse sentido, o papel do sarrafo era essencial para fechar os circuitos e garantir a fluidez das trocas e a intensidade do comércio. Na zona (ou zonas) monetária(s) do Estado da Índia, o valor intrínseco das espécies era determinante. Comentando a complexidade dessa diversidade de moedas – cujos preços eram flutuantes – e, conseqüentemente, da forma como toda a troca implicava um exercício de câmbio, Teixeira de Aragão justamente explica que os primeiros portugueses na Índia, quando faziam transações a dinheiro, procuravam “no metal o valor aproximado das moedas de que mais se usava nos seus mercados” (ARAGÃO, 1875, p. 91, v. 3). Assim, o funcionamento desse subsistema monetário – como preferi definir – dependia mais da presença efetiva da moeda mercadoria, uma vez que a distância e o isolamento não permitiam ainda o desenvolvimento de sistemas creditícios escriturados, com letras de câmbio e contratos de dívida. Seguindo as regras do jogo monetário, como sugere Braudel, o europeu “tem de jogar o jogo local, onde quer que vá impor-se”. Isso porque todas as moedas do mundo estão, de uma certa forma, “agarradas umas às outras”. A referência ao metal precioso permite essa linguagem universal, um diálogo permanente dos sistemas monetários, do qual os cambistas são os seus intérpretes (BRAUDEL, 1966, p. 419, v. 1).

---

<sup>43</sup> “Tous les Juifs qui se mêlent des monnoyes & des changes dans l’Empire du Grand Seigneur passent pour tres-rafinez; mais aux Indes à peine seroient ils les apprentifs de ces Changeurs” (TAVERNIER, 1676, parte 2, p. 16). Sobre a presença dos sarrafos nas aldeias da Índia, veja o estudo de Satish Chandra (1981).

**Figura 6**  
**O sarrafo, cambista de moedas nas Índias**



Desenho da coleção Lally-Tollendal, c.1760 (BNF), publicado por Fernand Braudel.<sup>44</sup>

<sup>44</sup> *Civilização Material, Economia e Capitalismo*. Trad. port. São Paulo: Martins Fontes, 1996, p. 104. v. 2.

## Referências bibliográficas

### Fontes impressas

- ALBUQUERQUE, Afonso Brás de. *Commentarios do grande Afonso de Albuquerque, capitam geral que foy das Indias Orientaes em tempo do muito poderoso Rey D. Manuel, o primeiro deste nome*. Em Lisboa, impresso por João de Barreira, 1576.
- ARAGÃO, A. C. Teixeira de. *Descrição geral e historica das moedas cunhadas em nome dos reis, regentes e governadores de Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1875. 3 v.
- BARBOSA, Manuel. *Remissiones doctorum ad contractu ultimas voluntates...* Ulyssipone, ex officina Petri Craesbeeck, 1618.
- BIKER, Julio Firmino Judice. *Collecção de tratados e concertos de pazes que o Estado da India Portugueza fez com os reis e Senhores com quem teve relações nas partes da Asia e Africa Occidental*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1888.
- BLUTEAT, Raphael Bluteau. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728, 8 v.
- CASTANHEDA, Fernão Lopes de. *História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses*. Lisboa, 1833 (1551-1554).
- CORREA, Gaspar. *Lendas da Índia (1556)*. Lisboa: Typografia da Academia Real de Ciências, 1858.
- D'AVITY, Pierre. *Le monde ou la description generale de ses quatre parties, avec tovs ses empires, royavmes, estats et repvliques... Description generale de L'Asie*. Paris: Bechet Et Billaine, 1660.
- DOCUMENTOS para a história do açúcar. Rio de Janeiro: IAA, 1954, v.1.
- FELNER, Rodrigo José de Lima (ed.). *Subsidios para a Historia da India Portugueza*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias 1868.
- LEWES, Robert [Ludovicus Roberts]. *The Merchants mappe of commerce: wherein the universal manner and matter of trade, in compendiously handled; the standard and current coins of sundry princes, observed; the reall and imaginary coines of accompts and exchanges, expressed...* London: Printed for Ralph Mabb, 1638.
- PYRARD, François, de Laval. *Voyage de François Pyrard de Laval, contenant sa navigation aux Index Orientales, Maldives, Moluques, & au Bresil...* Paris: Chez Louis Billaine, MDCLXXIX [1679].
- SANTOS, Fr. João dos. *Ethiopia Oriental e varia historia de cousas notaveis do Oriente*. Lisboa, por Manuel de Lira impressor, 1609.
- SOUSA, Manuel de Faria e. *Asia Portuguesa*. Lisboa: Henrique Valente de Oliveira, 1666.
- TAVERNIER, Jean Baptiste. *Les Six voyages de Jean-Baptiste Tavernier...qu'il a fait en Turquie, en Perse et aux Indes, pendant l'espace de quarante ans...* A Paris, Gervais Clouzier et Claude Barbin, 1676, 2 volumes.
- VAN LINSCHOTEN, Jan Huygen. *Itinerario, Voyage ofte schipvaert van Jan Huyghen van Linschoten naer Oost ofte Portugaels Indien, 1579-1592*. Amsterdam: Cornelis Claesz, 1596.
- VAN LINSCHOTEN, John Huyghen. *His discourses of voyages into ye East and West Indies*. London: by John Wolfe, 1598.
- VAN LINSCHOTEN, John Huyghen. *Itinerário, viagem ou navegação de Jan Huygen van Linschoten para as Índias Orientais ou Portuguesas*. Lisboa: CNCDP, 1997.
- VAN LINSCHOTEN, John Huyghen. *The Voyage of John Huighen van Linschoten, to the Est Indies from the old english translation of 1598*. London: Hayluyt Society, 1895, 2 volumes.

## Bibliografia

- ABU-LUGHOD, Janet. *Before European hegemony: the world system A.D. 1250-1350*. New York: Oxford University Press, 1989.
- ALBUQUERQUE, Luís de. *Dicionário de história dos descobrimentos portugueses*. Lisboa: Caminho, 1994. 2 volumes.
- ANTUNES, Luís Frederico. À margem da escrita: Formas de comunicação entre mercados indianos e autoridades portuguesas de África oriental. *Cultura* [Online], 24, 2007
- BOOGGART, Ernest van den. *Civil and corrupt Asia image and text in the itinerario and the icones of jan huygen van linschoten*. Chicago: The University of Chicago Press, 2003.
- BOYER-XAMBEU, Marie-Thérèse; DELEPLACE, Ghislain; GILLARD, Lucien. *Monnaie privée et pouvoir des princes*. Paris: FNSP – Editions du CNRS, 1986.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII*. São Paulo: Martins Fontes, 2009. 3 volumes.
- BROWN, C. J. *Coins of India*. Londres: Oxford University Press, 1922.
- CAMPOS, Manoel Joaquim de. *Numismática indo-portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1901.
- CHANDRA, Satish. La economía monetaria en la India del siglo XVII. *Diálogos: Artes, Letras, Ciencias Humanas*, v. 17, p. 43-47, 1981.
- CHAUDHURI, Kirti Narayan. *Trade and civilisation in the Indian ocean: an economic history from the rise of Islam to 1750*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
- COOLHAAS, Willem Philippus. *A critical survey of studies on dutch colonial history-springer Netherlands*. The Hague: Martinus Nijhoff, 1960.
- CUNHA, Gerson da. *Contribuições para o estudo da numismática indo-portuguesa*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1955.
- CUNHA, João Teles e. Goa: a construção, ascensão e declínio de um empório português na Ásia, ca. 1510-1750. In: SANTOS, João Marinho dos; AZEVEDO E SILVA, José Manuel (coord.). *Goa: Portugal e o Oriente: história e memória*. Coimbra: Centro de História da Sociedade e da Cultura, 2011, p. 81-144.
- CUNHA, João Teles e. *Economia de um império. Economia política do Estado da Índia em torno do mar Árábico e do golfo Pérsico. Elementos conjunturais: 1595-1635*. Dissertação de mestrado, Universidade Nova de Lisboa, 1996.
- DAVIES, C. Colin. *An historical atlas of the Indian Peninsula*. Madras: Oxford University Press, 1959.
- DEYELL, John S. Debasements and Cowrie Shells in the Medieval Indian Monetary Systems, c. 1200-1575. In: MUNRO, John (ed.). *Money in the pre-industrial world: bullion, debasements and coin substitutes*. New York: Routledge, 2012, p. 163-216.
- DEYELL, John S. Indian kingdoms 1200-1500 and the maritime trade in monetary commodities. In: SERELS, S.; CAMPBELL, G. (ed.). *Currencies of the Indian Ocean World*. Cham: Palgrave Macmillan, 2019, p. 49-69.
- FRANK, Andre Gunder. *ReORIENT: global economy in the Asian age*. Berkeley: University of California Press, 1998.
- FRONTEIRA, Joaquim. Moedas de prata da Índia Portuguesa. *Nummus* (Boletim da Sociedade Portuguesa de Numismática), Braga, v. 26-28, p. 67-108, 1965-1966.

- GODINHO, Vitorino Magalhães. *Os descobrimentos e a economia mundial*. Lisboa: Presença, 1981-83. 4 v.
- GRACIAS, João Baptista Amancio. *Subsídios para a história económico-financeira da Índia Portuguesa*. Nova Goa: Imprensa Nacional, 1909.
- HABIB, Irfan. Banking in Mughal India. In: T. RAYCHAUDHURI (ed.). *Contributions to Indian economic history*. Calcutta: K. L. Mukhopodhyay, 1960, p. 1-20.
- HABIB, Irfan. The monetary system and prices. In: RAYCHAUDHURI, Tapan; HABIB, Irfan (ed.). *The Cambridge economic history of India – Volume 1, c.1200-c.1750*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982, p. 360-381.
- HADDAD, Thomas Augusto Santoro. Um olhar estrangeiro sobre a ‘etnografia implícita’ dos portugueses na Goa quinhentista. *Revista Brasileira de História da Ciência*, v. 4, p. 155-166, 2011.
- HAIDER, Najaf. The Moneychangers (Şarrāfs) in Mughal India. *Studies in People's History*, v. 6, p. 146-161, 2019.
- HAIDER, Najaf. *Organization of commercial credit in Mughal India*. Dissertação de mestrado, Centre of Advanced Study in History, Aligarh Muslim University, 1989.
- JORET, Charles. *Jean Baptiste Tavernier, Ecuyer, Baron d'Aubonne, Chambellan du Grand Electeur*. Paris: Librairie Plon, 1886.
- LOPO, Albino Pereira. Apontamentos Numismáticos. *O Archeologo Português*. Lisboa: Museu Ethnológico Português, v. 2-3, p. 37-54, 1902.
- MALEKANDATHIL, Pius. *Portuguese Cochin and the maritime trade of India 1500-1663*. New Delhi: Manohar, 2001.
- NAYAR, Preeta. Indo-Portuguese coins: a preliminary review. *Heritage: Journal of Multidisciplinary Studies in Archaeology*, v. 5, p. 466-472, 2017.
- NAZARETH, José Maria do Carmo. *Numismática da Índia Portuguesa – estudos*. Nova Goa: Imprensa Nacional, 1896.
- PARMENTIER, Jan. Souffrir pour parvenir: the life and adventures of Jan Huygen van Linschoten, 1562-1611. *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, v. 55, p. 9-29, 1997.
- PERES, Damião. *Catálogo das moedas indo-portuguesas do Museu Numismático Português*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1963-1975, 3 tomos.
- PRAKASH, Om. *Bullion for goods: European and Indian merchants in the Indian Ocean trade, 1500-1800*. New Delhi: Manohar, 2004.
- PRAKASH, Om. *European commercial enterprise in pre-colonial India*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- REBELLO, Felon. Cunhagens de Diu, antes e depois de 1684. In: *Actas do II Congresso Nacional de Numismática – Sintra, 20-23 de novembro de 1985*. Lisboa: Clube Numismático de Portugal, 1985, p. 242-253.
- RICHARDS, John F. (ed.). *The imperial monetary system of Mughal India*. Delhi: Oxford University Press, 1987.
- SALDANHA, Antonio Vasconcelos de. De Goa e do Estado da Índia, dos seus Vice-reis e dos seus tratados. In: SANTOS, João Marinho dos; SILVA, José Manuel Azevedo e (coord.). *Goa: Portugal e o Oriente: história e memória*. Coimbra: Centro de História da Sociedade e da Cultura, 2011, p. 17-34.

- SANTOS, Catarina Madeira-Santos. O império português face às instituições indígenas (Estado da Índia, Brasil e Angola, séculos XVI-XVIII). In: XAVIER, Ângela Barreto; PALOMO, Federico; STUMPF, Roberta (org.). *Monarquias ibéricas em perspectiva comparada (séculos XVI-XVIII): dinâmicas imperiais e circulação de modelos administrativos*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2018.
- SANTOS, Catarina Madeira. *Goa é a chave de toda a Índia. Perfil político da capital do estado da Índia (1505-1570)*. Lisboa: CNCDP, 1999.
- SCHRADER, Heiko. *Changing financial landscapes in India and Indonesia: sociological aspects of monetization and market integration*. Hamburg: Lit Verlag, 1997.
- SCHWARTZBERGER, Joseph E. *A historical atlas of South Asia*. Chicago: University of Chicago, 1978.
- SERELS, Steven; CAMPBELL, Gwyn (ed.). *Currencies of the Indian Ocean World*. Cham: Palgrave Macmillan, 2019.
- SINGHAL, C. R. *Bibliography of Indian coins*. Bombay: Numismatic Society of India, 1952, 2 v.
- SOUZA, Teotonio R. de (ed.). *Goa through the ages, an economic history*. New Delhi: Concept Publishing Company, 1990.
- SOUZA, Teotonio R. de. *Goa Medieval: a cidade e o interior no século XVII*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.
- SUBRAHMANYAN, Sanjay. Precious metal flows and prices in western and southern asia, 1500-1750: some comparative and conjunctural aspects. *Studies in History*, v. 7, p. 78-105, 1991.
- SUBRAHMANYAN, Sanjay. *O império asiático português, 1500-1700: uma história política e econômica*. Lisboa: Difel, 1995.
- THOMAS, Edward. The initial coinage of Bengal. *The Journal of the Royal Asiatic Society of Great Britain and Ireland*, London, v. 22, p. 145-224, 1866.
- THOMAS, Edward. *The chronicles of the Pathán kings of Dehli: illustrated by coins, inscriptions, and other antiquarian remains*. London: Trübner & Co., 1871.
- THOMAZ, Luís Felipe. *De Ceuta a Timor*. Lisboa: Difel, 1994.
- VAZ, J. Ferraro; BRAGA, M. Correia de Sousa. *Dinheiro luso-indiano*. Braga: Barbosa e Xavier Lda., 1980
- WINIUS, George D. *Studies on Portuguese Asia, 1495-1689*. USA: Aldershot Ashgate/Variorum Burlington, 2001.
- WINIUS, George D. *The black legend of Portuguese India: Diogo do Couto, his contemporaries, and the soldado prático: a contribution to the study of political corruption in the empires of early modern Europe*. New Delhi: Concept Pub. Co., 1985.
- XAVIER, Ângela Barreto. Parecem indianos na cor e na feição: a lenda negra e a indianização dos portugueses. *Etnográfica*, v. 18, p. 111-133, 2014.
- XAVIER, Felipe Nery. *Descrição do coqueiro, arequeira, arroz e moedas de Goa*. Nova Goa: Imprensa Nacional, 1866.

Recebido: 14/09/2023 – Aprovado: 21/02/2024

**Editores Responsáveis**

Miguel Palmeira e Stella Maris Scatena Franco



**Disponível em:**

<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=285081435027>

Como citar este artigo

Número completo

Mais informações do artigo

Site da revista em [redalyc.org](http://redalyc.org)

Sistema de Informação Científica Redalyc  
Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe,  
Espanha e Portugal  
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no  
âmbito da iniciativa acesso aberto

Pedro Puntoni

**XERAFINS, TANGAS, BAZARUCOS: A MOEDA NO ESTADO  
DA ÍNDIA NOS SÉCULOS XVI E XVIII  
XERAFINS, TANGAS E BAZARUCOS: THE CURRENCY IN THE  
STATE OF INDIA IN THE 16<sup>TH</sup> AND 17TH CENTURIES**

*Revista de História (São Paulo)*

núm. 183, a10123, 2024

Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e  
Ciências Humanas, Departamento de História,

**ISSN:** 0034-8309

**DOI:** [https://doi.org/10.11606/  
issn.2316-9141.rh.2024.215975](https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2024.215975)